

Do passado glorioso ao presente abstrato: uma análise histórica e ambiental do rio Paraíba do Sul (São Paulo – Brasil)

Mauro Castilho Gonçalves

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
São Paulo - São Paulo - Brasil
mauro_castilho@uol.com.br

Diego Rodrigo de Oliveira

Universidade de Taubaté
Taubaté - São Paulo - Brasil
diegorodrigo.geo@hotmail.com

Resumo: O artigo debate a dinâmica rio-cidade, desde a perspectiva da História Ambiental e da imprensa periódica, ao longo do século XX. A bacia hidrográfica analisada é a do rio Paraíba do Sul, contemplando os trechos paulista e fluminense. A metodologia pautou-se em uma pesquisa bibliográfica e documental, considerando a base de dados da Biblioteca Nacional Digital Brasileira. Os fundamentos teóricos do trabalho partem de dois eixos principais: a) o rio Paraíba do Sul como categoria de análise e b) a interação rio-cidade no contexto da História Ambiental e da imprensa periódica. Objetivou-se investigar e refletir as articulações históricas e ambientais do Paraíba do Sul com o conjunto dos usos da bacia hidrográfica. Conclui-se que cada período concebeu uma interação singular com o rio Paraíba do Sul e mesmo destacado, em determinados ciclos, como um corpo hídrico distante dos grupos sociais, foi imprescindível para o projeto urbano-industrial da região.

Palavras-chave: Rio Paraíba do Sul. Imprensa Periódica. História Ambiental.

Introdução

A presente pesquisa propõe uma interpretação histórico-ambiental sobre o rio Paraíba do Sul e investiga como a referida bacia e todo seu conjunto foram representados nas edições dos jornais *Correio Paulistano* e *Correio da Manhã*. Do ponto de vista teórico-metodológico, este trabalho recorre às contribuições da História Ambiental, para compreender de que forma foram produzidos discursos sobre o tema do uso do território, vinculando-o a indagações ambientais.

Nesse sentido, buscou-se examinar o rio por um ângulo mais preciso, com sua história de bacia hidrográfica presente, uma vez que o seu futuro é cada vez mais canalizado em função de como nos permitimos integrar aos recursos hídricos que nos

circundam. A natureza dessa relação, que se ajusta e se reconfigura de acordo com as circunstâncias históricas, como se empenha o presente trabalho em expor, aponta o rio Paraíba do Sul como considerável sujeito ativo da produção da vida social e cultural da região que o circunda.

O artigo está estruturado em três seções, a saber: Na primeira, discute-se os aportes teóricos e categorias analíticas que embasaram a investigação. A segunda parte, concentra-se na apresentação das relações entre o objeto da investigação e o aporte epistemológico definido como horizonte. Por fim, o texto trabalha as articulações do objeto com as fontes documentais selecionadas pela pesquisa, além das considerações finais que esboçam as conclusões da proposta geral.

História Ambiental, epistemologia e método

Em *As bases teóricas da história ambiental*, Pádua (2010) objetiva dialogar e refletir sobre as estruturas que sustentam o fazer da História Ambiental como área de saber interdisciplinar, revelando-se como uma prática da Ciência Social. Para este autor, confirmado por Worster (1991), a História Ambiental como conjunto sistematizado de conceitos, metodologia e dinâmica própria, emerge a partir dos anos de 1970, momento que a luz da crise ambiental assumiu proporção global e, por conseguinte, deram-se início as conferências ambientais de amplitudes internacionais (SOUZA, 2013).

Pott e Estrela (2017), confirmam a relevância dos anos finais de 1960 e os anos de 1970 como estratégicos para pensar a ruptura de percepção sobre as temáticas ambientais. Essas autoras não buscaram relatar a História Ambiental em seu sentido mais amplo. Tratou-se de apresentar a história das principais políticas públicas no tocante à questão ambiental no Brasil e no mundo. Neste sentido, afirmam as autoras que “em 1972 é que o cenário ambiental mundial de fato tomou novos rumos” (POTT, ESTRELA, 2017, p. 278).

Observa-se, portanto, uma convergência de momentos. Se por um lado a História Ambiental, enquanto área do saber, floresce a partir dos anos de 1970, as múltiplas e dispersas preocupações ambientais começam a se avolumar no período em tela. Nesse sentido, é perceptível o imperativo da prática da História Ambiental no ponto de inflexão do olhar do mundo para com as questões do relacionamento da sociedade e do seu modelo de produção com os elementos e dinâmicas da natureza.

É preciso ressaltar, uma vez citada a ideia de modelo de produção hegemônico e questões ambientais, a convergência temporal da ascensão da ideologia neoliberal e da agenda ambiental que pautou a discussão ecológica das últimas décadas (RIBEIRO, 2012). Ambas encontram na década de 1970 o seu ninho. Para Souza (2013), a primavera da agenda ambiental coincidiu com a necessidade de reciclagem das relações capitalistas de produção.

Logo, confia-se, também, à História Ambiental, por conseguinte, o papel de desmistificar e expor as contradições da atual racionalidade ambiental. Em um olhar contemporâneo dos rumos das relações entre sociedade e natureza, conforme Ribeiro (2012, p. 218), trata-se de compreender, primeiramente, que “a ideologia neoliberal condiciona à maior devastação ambiental da história recente”. Refletir a partir da História Ambiental é buscar nos elementos e processos da interdisciplinaridade a derrubada da cortina que impede uma reflexão e proposição mais consistente sobre o movimento contraditório e solidário Homem-natureza. Para este último autor, ocorre um sequestro da agenda ambiental pela globalização neoliberal. Assim, afirma que “o discurso ambiental é, portanto, matriz estratégica atual do livre-mercado” (RIBEIRO, 2012, p. 223).

No Brasil, conforme explicita Drummond (1991, p. 177; 193), a História Ambiental nos anos de 1990 foi “para nós ainda ‘estrangeira’”. Segundo o autor, não havia, até então, na literatura brasileira, autores que, autêntica e genuinamente, discursavam a partir dos parâmetros da História Ambiental. Para ele, “no Brasil tivemos e temos historiadores, cientistas sociais e ensaístas sensíveis às relações históricas entre sociedade e meio natural”. Isso significa dizer que houve, antes dos anos de 1990, década da qual datamos o lugar de fala do autor, trabalhos que, em alguma medida, combinavam os elementos naturais com as dinâmicas sociais.

É nesse mesmo trabalho que Drummond (1991, p. 180-181) narra o contexto de encontro das ciências naturais com as sociais, posto que “o tempo da história natural e os próprios fatos naturais não se misturavam com o tempo da história social e com os fatos sociais”. Com o avanço das Ciências Naturais ao longo do século XIX, abrindo uma nova dimensão sobre o tempo e extrapolando os limites da historicidade dos fatos para a imensidão do tempo geológico, paulatinamente, as Ciências Sociais foram convidadas para “colocar a sociedade na natureza”, conforme assevera o autor em epígrafe. A convergência em tom interdisciplinar é o instrumento que confere autoridade para a compreensão das dinâmicas em sua totalidade.

Desse modo, se o espaço é um conjunto de objetos e ações, não se pode processar um estudo divisível do sistema de objetos (naturais ou não) em relação ao sistema de ações, ou seja, a História Natural é apreendida a partir de uma totalidade que considera o agir sobre ela. Nesse sentido, ela foi também fruto do contexto no qual “as disciplinas sociais foram desafiadas, por cientistas naturais e movimentos sociais, a superar o seu paradigma e a incorporar variáveis naturais ao seu repertório legítimo de pesquisa” (DRUMMOND, 1991, p. 180).

Como área do saber interdisciplinar, a História Ambiental corresponde a ampla e inescapável necessidade de pensar globalmente, articulando os saberes que, direta ou indiretamente, corroboram para a compreensão da totalidade. Ou seja, se a realidade da História Ambiental é, por natureza, interdisciplinar, espera-se que, por ela, também o seja, em acréscimo às assertivas acima, complementa Pádua (2010, p. 81): “para se refletir sobre a gênese e evolução desse campo do conhecimento, é preciso levar em conta fatores sociológicos e epistemológicos” (PÁDUA, 2010, p. 81).

Pádua (2010) colabora com a perspectiva dialética a partir da História Ambiental, diminuindo ou eliminando qualquer interpretação que flerte com o determinismo geográfico. Não é o caso de atribuir aos elementos e dinâmicas da natureza as condicionantes sociais, ainda que em alguma medida seja razoável tal afirmação. Trata-se de um jogo mais amplo, no qual a origem da relação sociedade-natureza é posta com desafios conceituais e epistemológicos para sua compreensão.

Pensar a história das águas urbanas, mergulhada nas contradições desta com a ação humana, impõem visões e projeções para um futuro inescapável e possível dos rios dentro das relações sociais e econômicas. Não se trata de clarear aquilo que está por vir amparando na lupa do presente, é mais do que isso. Corresponde, na verdade, em ter na História Ambiental o método. Vai além de como fazer o futuro ambiental, trata-se de como pensá-lo.

Rio e cidade como categorias de análise

A bacia hidrográfica do Paraíba do Sul, localizada na região Sudeste, possui uma área total de aproximadamente 55 500 km², distribuída territorialmente com 13 900 km² no estado de São Paulo, 20 900 km² no estado do Rio de Janeiro, e 20 700 km² no estado de Minas Gerais. Corresponde a 0,7% da área total do Brasil. Integra 180 municípios, sendo 88 em Minas Gerais, 53 no Rio de Janeiro e 39 em São Paulo. Portanto,

aproximadamente 14,2 milhões de habitantes são abastecidos com as águas do rio Paraíba do Sul (COELHO, 2012).

O rio é um dos principais recursos hídricos brasileiros, das nascentes à foz percorre costurando e integrando uma das regiões mais desenvolvidas e urbanizadas do país. Do “O Brasil é o Vale” aos importantes centros de tecnologia, a chamada Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), criada em 2012, teve o Paraíba do Sul como testemunha do seu crescimento e desenvolvimento de um espaço que, primeiramente, pós colonização, foi suporte para a mineração de Minas Gerais, posteriormente recebendo e reproduzindo o ciclo do café, seguindo, mais tarde, para a industrialização (DEVIDE *et al.*, 2014).

O rio Paraíba do Sul, que inclusive cedeu o nome para a região em destaque, foi testemunha ocular de todo o processo de “modernização” da bacia hidrográfica que o contém. É claro que para diferentes períodos históricos, inclusive daqueles presentes no século XX, usos e apropriações diversos foram feitos a partir do rio. Por outro lado, distintos usos foram realizados sobre a cidade pelo rio, ou seja, é o rio que fala, que interage e troca com a sociedade que o liberta ou que o reprime. (CARVALHO, 2015; SANTOS, 2015; JORGE, 2006)

Para Amaral (2016) houve um significativo empreendimento econômico na várzea no Paraíba do Sul no trecho paulista, a rizicultura. Foi esta a prática agrícola, inclusive como alternativa parcial para a decadência do café, na virada do século XIX para o XX, que transformou em espaço econômico a várzea do Paraíba do Sul. Atualmente, o Vale do Paraíba Paulista é a maior região produtora de arroz do estado de São Paulo. Vale a ressalva de que, segundo o pesquisador, tal empreendimento foi possibilitado pelas obras de regulagem das cheias do rio, devido à represa da Usina Hidrelétrica de Paraibuna, retificação de alguns trechos, permitindo, portanto, o controle das águas, favorecendo a ocupação destas áreas.

Chama a atenção no trabalho de Amaral (2016) o esforço em debater a conservação da memória desses espaços ligados ao rio Paraíba do Sul. Não se tratou, na obra, em afirmar apenas o contato dos colonos com o rio, ou da importância da rizicultura na promoção e no desenvolvimento local, mas objetivou-se questionar a relevância em preservar a arquitetura vernacular como parte integradora da memória coletiva entre a cidade e o rio. Afirmamos, mais uma vez, que os elementos modernizantes da urbanidade acabam por encerrar um afastamento do recurso hídrico, impedindo, conseqüentemente,

a reconstrução desse lugar no imaginário social. Assim, o rio desaparece junto com a memória.

O Paraíba do Sul sob as lentes da imprensa periódica

Com a emergência do século XX na região do Vale do Paraíba (trecho paulista e fluminense), já se conhecia uma abertura à dinâmica do crescimento populacional e, por conseguinte, expansão da urbanização. O surto cafeeiro, somado a alternativas industriais, encarregaram-se de movimentar e oxigenar novos e variados usos da terra, inclusive naquelas diretamente relacionadas ao rio Paraíba do Sul.

Nesse início de século, as representações atribuídas ao Paraíba do Sul pela imprensa, nomeadamente pelos jornais *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, e *Correio Paulistano*, de São Paulo, eram de natureza informativa e, no limite, com aportes técnicos. Tratava-se de serviços que visavam à divulgação do nível do rio, ora “subindo”, ora “descendo”, com registros de recortes de trechos do rio que, normalmente, eram referenciados por municípios, para informar os leitores sobre a situação das águas da bacia.

Importante ressaltar o descompasso que existia entre a dinamicidade do rio e a sua representação diária nos periódicos, uma vez que considerando a rotina diária de veículos impressos, não conseguiam contemplar a dinamicidade da situação das águas do rio, representando-a, certamente, com atraso nas edições. Cheias e vazantes eram variáveis que não respondiam ao tempo da impressão dos jornais.

Podemos observar nas figuras 1 e 2, trechos do jornal *Correio da Manhã* que ilustram a caracterização do Paraíba do Sul durante a década de 1920, marcada como uma prestação de serviço à população ao informar a situação do nível da água do rio, ainda que pudesse, eventualmente, ocorrer algum grau de inconformidade com a instantaneidade do rio.

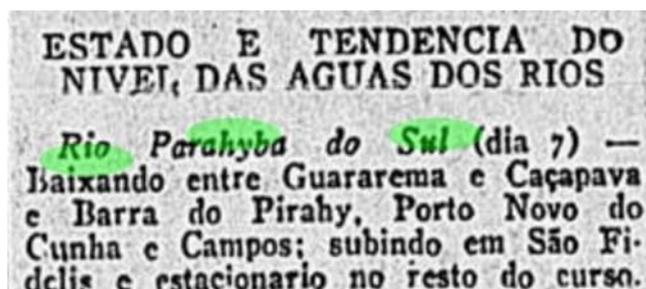
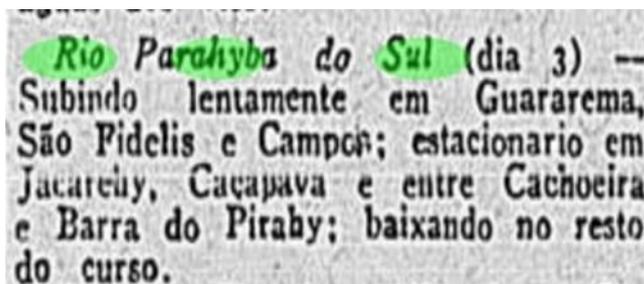


Figura 1: Informe sobre o nível das águas do rio Paraíba do Sul

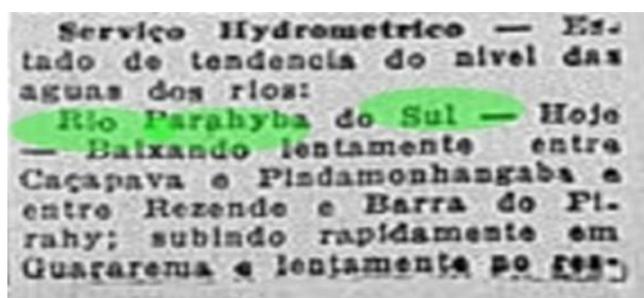
Fonte: Correio da Manhã, 8 set. 1928, p. 4. Hemeroteca Digital Brasileira



Rio Paraíba do Sul (dia 3) --
Subindo lentamente em Guararema,
São Fidélis e Campos; estacionario em
Jacareij, Caçapava e entre Cachoeira
e Barra do Pirahy; baixando no resto
do curso.

Figura 2: Informe sobre o nível das águas do rio Paraíba do Sul
Fonte: Correio da Manhã, 4 set. 1928, p. 4. Hemeroteca Digital Brasileira

Nas edições do *Correio Paulistano*, constata-se a presença dos chamados “serviços hydrometricos” conforme ilustrado na Figura 3. A publicação veicula determinadas condições de cheias e vazantes do Paraíba do Sul em cidades cortadas pelo seu leito. Expõe, deste modo, um enquadramento do rio para situar a população local da sua imprevisibilidade, assim como fonte de orientação para aqueles que direta ou indiretamente, convivem com ele.



Serviço Hydrometrico — Es-
tado de tendencia do nível das
aguas dos rios:
Rio Paraíba do Sul — Hoje
— Baixando lentamente entre
Caçapava e Pindamonhangaba e
entre Rezende e Barra do Pi-
rahy; subindo rapidamente em
Guararema e lentamente no resto.

Figura 3: Informe dos então chamados “serviços hydrometricos” no rio Paraíba do Sul
Fonte: Correio Paulistano, 20 mar. 1927, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira

Em relação ao jornal carioca *Correio da Manhã*, na década de 1920, foram encontradas 138 ocorrências de menções ao rio, que apresentam informações sobre o comportamento do nível dele. Na década de 1930, foram identificadas 166 do mesmo teor e, nos anos de 1940, 40 episódios da mesma espécie. No *Correio Paulistano* foram encontradas, para as décadas de 1920, 1930 e 1940, respectivamente, 196, 116 e 11 ocorrências, todas elas publicando diariamente as particularidades do rio. Percebe-se que, a partir da década de 1940, em ambos os veículos de comunicação, há uma diminuição do volume deste tipo de serviço prestado pelo jornal, permitindo a requalificação da representação do rio pela imprensa, como será mostrado posteriormente.

Salienta-se que nenhuma ocorrência foi constatada no *Correio Paulistano* na década de 1900, diferentemente do *Correio da Manhã*, que registrou um editorial que problematiza a concessão das águas do Pirai (afluente do rio Paraíba em trecho fluminense) para a *Light and Power*. Já para a década de 1910, nenhuma menção foi observada no *Correio da Manhã*, enquanto no seu análogo paulista, encontrou-se uma resolução do Senado Federal que negou a liberação de verba para a realização de obras no Paraíba do Sul, no trecho correspondente aos municípios de Campos e São Fidelis à foz do rio, objetivando propiciar a navegação.

Na década de 1930, precisamente em 1938, no *Correio Paulistano*, foi publicado um artigo em comemoração aos cento e cinquenta anos de elevação de Lorena da categoria de vila para município (CORREIO PAULISTANO, 6 nov. 1938, p. 7). Naquele contexto, com a escassez de equipamentos urbanos, foi o Paraíba do Sul, referenciado como “glorioso”, o elemento de orientação e referência para apontar a localização da cidade. Nota-se o empoderamento geográfico do rio, assim como de um elemento natural notório na paisagem. Logo, percebe-se não apenas a exaltação da cidade, mas também do Paraíba do Sul como ente natural participativo e integrador da paisagem, uma vez que a cidade “está construída a margem direita desse rio” (CORREIO PAULISTANO, 6 nov. 1938, p. 7).

No mesmo jornal, em 1940, um anúncio de uma excursão a Campos do Jordão é publicado e, mais uma vez mais, evidencia-se uma exaltação, ainda que em poucas palavras, do rio Paraíba do Sul. Ali, destacou-se a possibilidade de prestigiar o leito do rio, somado à vida que o cerca, uma vez que tal conjunto estava “cortado” pela rodovia que ligava o Vale ao município de Campos do Jordão. Na figura 4, é possível observar o anúncio:

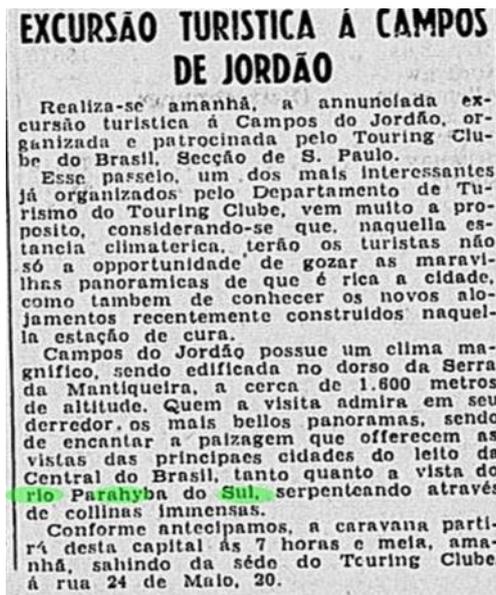


Figura 4: Excursão turística a Campos do Jordão passando pelo rio Paraíba do Sul
 Fonte: Correio Paulistano, 23 ago. 1940, p. 11. Hemeroteca Digital Brasileira

Em mesmo ano e jornal, observe-se outro anúncio de mesma natureza, novamente evidenciado as qualidades naturais do rio Paraíba do Sul. Tal anúncio é observado na figura 5:



Figura 5: Excursão turística a Campos do Jordão passando pelo rio Paraíba do Sul
 Fonte: Correio Paulistano, 21 ago. 1940, p. 5. Hemeroteca Digital Brasileira

A urbanização, com seus elementos modernizantes e dinâmicos no decorrer do século XX, assume o ritmo de expansão em velocidade e volume maior a partir da própria dinamização da sociedade brasileira, que se transformava como resultado do projeto industrial e de mudanças demográficas acompanhando a ideia de “progresso”.

O meio natural passa a ser substituído, agora com maior fluidez, pelo meio técnico, com a introdução de objetos e ações, até então estranhos à realidade natural da bacia hidrográfica.

Nesta lógica, o surgimento de núcleos ou manchas de povoamento no interior da bacia, em proximidade com ou nas margens do leito do Paraíba do Sul, aponta para a eleição de um novo meio, agora tecnificado, modificado, ou melhor, em transformação, até porque a própria ideia de reprodução da vida necessita de instrumentalização do espaço, como, por exemplo, o desenvolvimento de certo tipo de agricultura.

A figura 6 delata uma proximidade do rio com moradores de suas margens, que na impossibilidade de controlá-lo em épocas de maior pluviosidade, migra para outros espaços inatingíveis pela cheia. Este último fato, inclusive, será motor para acelerar a tecnificação do meio, objetivando um convívio mais domesticável com o rio.

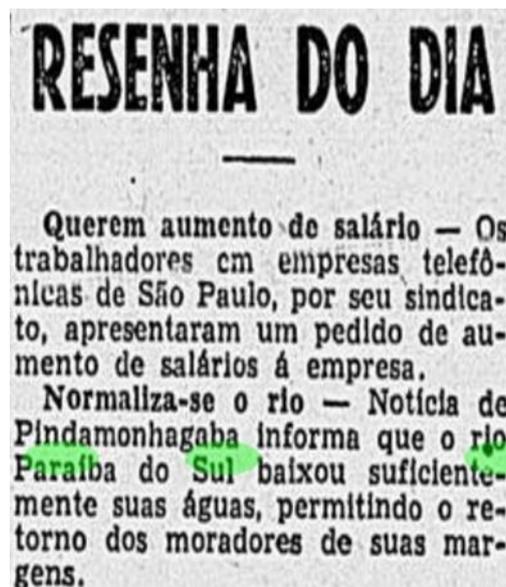


Figura 6: Informe sobre o nível das águas no rio Paraíba do Sul
Fonte: Correio da manhã, 21 ago. 1947, p. 2. Hemeroteca Digital Brasileira

Destaca-se que a inundação é uma construção social, diferente da cheia que é uma dinâmica exclusivamente natural que compõe o conjunto de funcionamento e lógica da fluidez e existência de um rio (SANTOS, 2014).

Em março de 1947, o jornal *Correio da Manhã* evidencia algo que mais parecia uma rotina: as constantes inundações nas margens do Paraíba do Sul, como mostrado na figura 7:



Figura 7: Alerta de inundações nas margens do rio Paraíba do Sul
 Fonte: Correio da manhã, 16 mar. 1947, p. 2. Hemeroteca Digital Brasileira

Contraditoriamente, ao passo que um olhar cuidadoso por parte da imprensa recai sobre o rio com o objetivo de enquadrá-lo, em outra perspectiva nota-se a dependência das cidades que se expandiram a partir dele. Estar próximo do seu caudal, ou até mesmo na planície de inundação, é uma escolha que revela o papel desse fluxo de água superficial, seja para abastecimento urbano, depuração de esgoto, ou lançamento de resíduos resultantes de atividades econômicas.

João Vampré¹, em 1945, assina um artigo de opinião no *Correio da Manhã* intitulado *Aspectos paulistas e fluminenses – rio Paraíba do Sul* (CORREIO DA MANHÃ, 25 fev. 1945, p. 40). No texto, o autor, para além de caracterizar e pontuar a geologia, a geomorfologia e os aspectos hídricos da bacia hidrográfica, reforça a ideia que “ocupa o rio Paraíba singular posição no mapa do Brasil. E não menos importante é o seu papel na história deste país”. Confronta com aquela ideia do rio como objeção ao progresso urbano. Nesse sentido, podemos aferir que uma nova perspectiva se vislumbra sobre o rio Paraíba do Sul, a partir da década de 1950, sob o crivo da imprensa, sobretudo a fluminense.

Nos anos de 1950, as fontes consultadas indicam o anúncio de novas preocupações e dilemas que envolvem as águas do Paraíba do Sul. Em alguns momentos dessa década, observa-se em relação a tais preocupações e dilemas certa convergência e também um

¹ Nascido na cidade de Estância, Sergipe, em 1868, fez sua trajetória profissional como jornalista e historiador de costumes, escrevendo principalmente nos jornais: *Diário Popular*, *Comércio de São Paulo*, *Correio de São Paulo*, *Correio Paulistano* e *Estado de São Paulo*. Faleceu em 1949.

distanciamento entre os periódicos fluminenses e paulistas. Como representante de classes distintas, que eventualmente podem convergir nos interesses, os jornais alimentam e expõem um debate que abre a segunda metade do século XX, consistindo, sobretudo, em temas ligados à questão energética, a crise hídrica do início dos anos de 1950 e a polêmica transposição das águas do Paraíba do Sul para a efetivação da Usina Hidrelétrica de Caraguatatuba.

Em 1921, a empresa *Ligth and Power Company*, monopólio privado responsável pela produção e distribuição de energia elétrica nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, tendo iniciado suas atividades na virada do século XIX para o século XX, havia aberto os estudos para a criação da Usina Hidrelétrica de Caraguatatuba, necessitando, deste modo, da transposição de águas do Paraíba do Sul para a vertente oceânica.

Não se constatou nos anos e décadas imediatas a tal estudo a repercussão na imprensa, especialmente na fluminense, que a partir da década de 1950, com demasiado apelo, fez-se conhecer a ideia da transposição, bem como a construção da narrativa de uma tragédia anunciada para o Rio de Janeiro caso o Paraíba do Sul fosse transposto em terras paulistas.

Na figura 8, nota-se o tom apelativo do jornal *Correio da Manhã*, defendendo o cancelamento do projeto de transposição do rio:



Figura 8: A polêmica transposição das águas do rio Paraíba do Sul em Caraguatatuba

Fonte: Correio da manhã, 01 mar. 1955, p. 4. Hemeroteca Digital Brasileira

No editorial, parcialmente reproduzido no presente trabalho, eleva-se uma campanha permeada por discursos políticos, econômicos, técnicos, que objetivaram

consolidar a retórica da vitalidade da vazão do Paraíba do Sul para a sociedade fluminense. Reconheceu-se um sistema que se retroalimentava, ou seja, rio-sociedade, que quando perturbado por forças externas poderia comprometer ainda mais o sistema.

Conforme ressalta Coelho (2012, p. 215): “na década de 1950, a empresa desistiu do projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Caraguatatuba. Em 1979, foi elaborado para a CESP outro estudo de uma usina hidrelétrica reversível em Caraguatatuba, que também não foi realizada”. Segundo o jornal *Correio da Manhã* (6 set. 1957, p. 14), o presidente da República da época revogou o decreto de concessão do desvio das águas do Paraíba do Sul. Na figura 9, é possível acompanhar a notícia do sucesso do empreendimento dos fluminenses:



Figura 9: Cancelamento do projeto da construção da usina hidrelétrica em Caraguatatuba

Fonte: Correio da manhã, 06 set. 1957, p.14. Hemeroteca Digital Brasileira

Toda realidade de transposição do Paraíba do Sul invoca o fato deste rio ser Federal. O estado fluminense é o que apresenta maior dependência em relação a ele, contrapondo-se, portanto, a qualquer projeto de desvio de água à montante, pois, segundo ele, significaria produzir uma insegurança hídrica no abastecimento nos trechos à jusante do rio, abalando o território fluminense, uma vez que a bacia do Paraíba do Sul abrange 63% da área total do estado (FERREIRA, 2015).

Ao mesmo tempo em que a imprensa alimenta e vocaliza este conflito federativo histórico, evidencia a “crise hídrica” como resultado de crises de gerenciamento dos recursos, ainda que possa se verificar ciclicamente ocorrências de estiagens na bacia hidrográfica do Paraíba do Sul.

Para Venturi (2021, p. 239), “não há crise hídrica natural”, especialmente em um país que possui aproximadamente 12% da água doce líquida do planeta. Dessa forma, falar em estresse hídrico no Brasil, sobretudo em São Paulo, delimita uma construção social, fruto de ações ou inações que competem ao planejamento e gerenciamento de recursos hídricos. Essas ideias colaboram na construção do pensamento das sucessivas “crises hídricas” que se instalaram no estado durante o século XX e início do século XXI.

Na figura 10, observa-se uma notícia do *Correio da Manhã* (25 set. 1963, p. 12) que condiciona um apagão no Rio de Janeiro ao fato de não ter ocorrido chuva sobre a bacia hidrográfica:

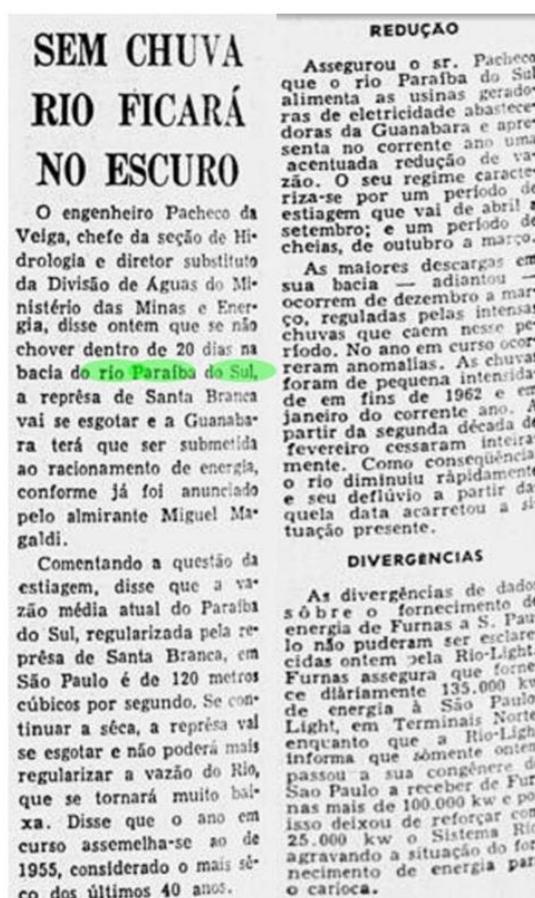


Figura 10: Relação entre a chuva e a geração de energia elétrica no rio Paraíba do Sul
Fonte: Correio da manhã, 25 set. 1963, p.1 2. Hemeroteca Digital Brasileira

Nesse caminho, nota-se que a abertura da segunda metade do século XX e as primeiras décadas que a acompanham impõe a construção de uma narrativa que busca conciliar a segurança energética com o regime de chuvas da região, claramente em função da já identificada vocação industrial do Vale do Paraíba. Ou seja, buscava-se atribuir “crises hídricas” e consequentes problemas energéticos às variações do comportamento dos elementos naturais. Tal discurso esbarrava na noção que torna o

conceito de crise hídrica sem efeito, uma vez que se entende que os padrões climáticos não são imutáveis, podendo, portanto, apresentar anomalias de forma cíclicas, cabendo ao poder público antecipar possíveis situações de estresse hídrico por meio de uma agenda de gerenciamento das águas da bacia hidrográfica.

Constatou-se a diminuição no volume de chuva, conforme visto na figura 10, e não é razoável atribuir a este fator um possível racionamento de energia ou de água. Com frequência, observa-se o poder público e empresas de geração e distribuição de energia produzindo um jogo de palavras de culpabilidade das condições climáticas como cortina de fumaça para a ineficiência no planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos (VENTURI, 2021).

O jornal *Correio Paulistano* também se insere no debate energético a partir das águas do Paraíba do Sul e reflete também em seus períodos as repercussões dos momentos de estiagens. A figura 11 noticia uma solução artificial para amenizar a estiagem enfrentada pelo rio no ano de 1953:

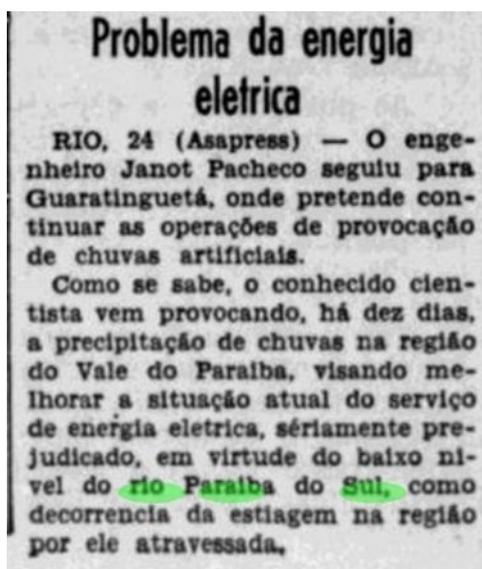


Figura 11: Chuvas artificiais na bacia do Paraíba do Sul
Fonte: Correio da manhã, 25 ago. 1953, p.3. Hemeroteca Digital Brasileira

Claramente, não se observou o mesmo número de citações sobre a questão energética nos períodos do jornal paulista em relação ao jornal fluminense. A problemática de enfrentamento de racionamentos e de possíveis apagões tornou-se mais evidentes para o Rio de Janeiro que, segundo a imprensa, seria o mais severamente impactado pela situação do rio. Para além da dimensão da alimentação das usinas hidrelétricas, não se constatou nos periódicos desdobramentos das mesmas estiagens nos

outros usos múltiplos do rio. Portanto, desconhece-se a repercussão mais genérica dos períodos em que o Paraíba do Sul esteve aquém de suas capacidades máximas.

Discorrendo ainda na década de 1950, apurou-se nos periódicos referências a outros significados e funcionalidades atribuídos ao rio, como a questão da pesca e da religiosidade. A pesca sempre fora uma atividade praticada com o objetivo de abastecimento de alimento, inclusive pelos nativos que habitaram as terras valeparaibanas por séculos passados. Essa atividade passa a sofrer perturbações com a introdução de elementos e técnicas que visavam disciplinar as variâncias do rio, sobretudo objetivando controlar sua vazão e inserção na lógica energética.

Em 1957, um artigo de opinião intitulado *Produção de pescado no Vale do São Francisco*, assinado por Rui Simões de Menezes (CORREIO DA MANHÃ, 1 dez. 1957, p.109), engenheiro agrônomo e biólogo, salientou-se intervenções utilizando técnicas e processos estranhos à lógica natural do rio Paraíba. Ali, a bacia do Paraíba do Sul foi usada como parâmetro comparativo de consequências diretas sobre o pescado, depois de obras de engenharia.

Na década de 1960, identificaram no jornal *Correio Paulistano* dois recortes que possibilitam apurar o rio como espaço de lazer e, igualmente, da pesca. Ainda que não estejam entre as narrativas hegemônicas da imprensa naquele período, essas constatações corroboram na construção da ideia do rio como parte integradora da sociedade. Além disso, o rio retoma a noção de conectividade entre os sujeitos, ou seja, entre o corpo d'água e a cidade. As figuras 12 e 13, que representam os recortes refletidos anteriormente, ajudam a dialogar com tal perspectiva de análise:

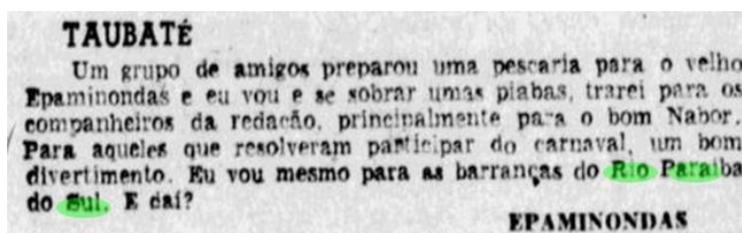


Figura 12: Pesca no rio Paraíba do Sul

Fonte: Correio Paulistano, 4 mar. 1962, p.5. Hemeroteca Digital Brasileira

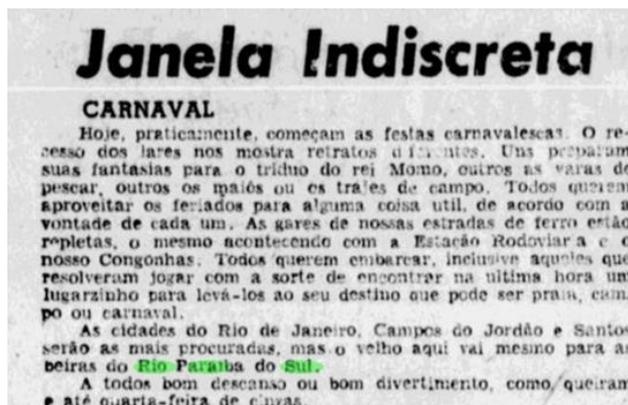


Figura 13: Recreação no rio Paraíba do Sul

Fonte: Correio Paulistano, 3 mar. 1962, p.5. Hemeroteca Digital Brasileira

A própria dimensão da religiosidade está diretamente ligada à pesca. Constatou-se apenas uma citação sobre esta temática, que data do ano de 1952, no jornal *Correio da Manhã*. O rio possui uma forte ligação com a história da Igreja Católica, uma vez que a imagem que representa a padroeira do Brasil, Nossa Senhora da Conceição Aparecida, ou simplesmente Nossa Senhora Aparecida, foi “pescada” por três ribeirinhos no Paraíba do Sul, nas redondezas do município de Guaratinguetá. A figura 14 ilustra a citação do jornal:

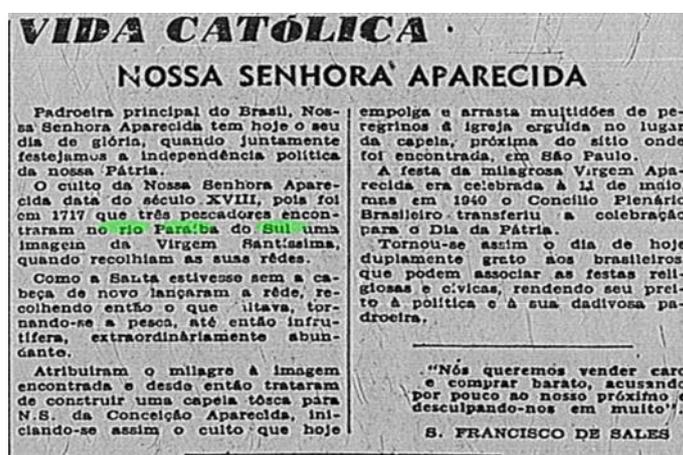


Figura 14: Rio Paraíba do Sul e sua ligação com a Igreja Católica

Fonte: Correio da Manhã, 7 set. 1952, p.10. Hemeroteca Digital Brasileira

Em 1951, no jornal *Correio Paulistano*, um editorial abre o debate que fortemente se ampliará nas próximas décadas: a questão ambiental do rio, para o rio, ou em volta do rio. Intitulado de *Início da batalha conservacionista pela recuperação do Vale do Paraíba*, o texto parece ser o alvorecer de uma preocupação que naquele momento para tal jornal visava “defender a terra contra os males da erosão e contra os abusos da agricultura

pseudomoderna” (*Correio Paulistano*, 26 ago. 1951, p. 1). Uma campanha emerge entre os periódicos das décadas subsequentes, sobretudo na imprensa fluminense, bradando elementos como progresso industrial, qualidade da água e, de modo mais geral, questões ambientais que envolvem a bacia hidrográfica.

Como já apontado, o Vale do Paraíba do Sul busca uma nova inserção econômica a partir do início da segunda metade do século XX, se apropriando da nova lógica que orienta o projeto nacional de desenvolvimento, a industrialização. Nesse sentido, passa a ser caracterizado por uma transformação técnico-espacial que aprofunda a inserção da região no meio técnico e, em velocidade avançada, preparando-o para o meio técnico-científico-informacional. Uma nova marcha econômica se territorializa na bacia do Paraíba, reivindicando um novo olhar sobre ela.

Não se confirmou na imprensa paulista uma contínua campanha que vislumbrasse e alimentasse esse novo projeto econômico vale-paraibano. Porém, foi na imprensa fluminense que, a partir dos anos de 1960, foi propagada a vocação inevitável da região, como mostrado em um editorial de 1960 do *Correio da Manhã*, intitulado *Núcleos de progresso substituirão cidades mortas no Paraíba*. Nesse texto, destaca-se o trecho que nele objetiva confirmar “a necessidade de disciplinar o aproveitamento e uso dos recursos naturais da bacia (água, solo e subsolo), a fim de acelerar o desenvolvimento da região” (*Correio da Manhã*, 1 jun. 1960, p. 10). Ou seja, cria-se um novo uso para o rio. Na figura 15, é possível observar o apelo ao chamado à nova ordem que se instalava no Vale do Paraíba a partir da segunda metade do século XX:



Figura 15: A inevitável industrialização do Vale do Paraíba
Fonte: *Correio da Manhã*, 6 dez. 1961, p.9. Hemeroteca Digital Brasileira

Importante ressaltar que era conhecida naquele contexto a convicção que condicionava o desenvolvimento urbano-industrial aos recursos hídricos do Paraíba do

Sul. Uma resignificação é atribuída a ele, não meramente que resulte na conservação do rio para ele próprio, mas sim como garantia de confirmar o futuro econômico da região que alocou nesse caudal a imprescindibilidade.

É por este ângulo que melhor compreendemos a eloquente narrativa, sobretudo na imprensa fluminense, que passa a ser construída a partir das décadas de 1950 e 1960. A pauta ambiental começa a ocupar espaços nos periódicos, e em muitos deles explicitando a indissociabilidade entre desenvolvimento e conservação dos elementos naturais. Para além do editorial do *Correio Paulistano*, uma série de citações foi encontrada no fluminense *Correio da Manhã*. Neste segundo jornal, em 1965, um artigo de opinião assinado por Fuad Atala², intitulado *Dia da conservação do solo*, disse sobre a questão ambiental que:

O outrora fértil Vale do Paraíba do Sul, que corre entre São Paulo e Rio, a maior zona produtora de café no século passado, cuja produção sustentou mesmo a Guerra do Paraguai, está hoje transformando em pastagens paupérrimas, ácidas e esgotadas, invadidas pela sapé e outras pragas (CORREIO DA MANHÃ, 18 abr. 1965, p. 23).

Ainda na década de 1960, como informa o mesmo texto, só havia em São Paulo um serviço de proteção do solo, o que confirmava um descuido com a questão até então. Vale lembrar que, para além do solo, outras variáveis também passaram a ser debatidas, como a qualidade da água, posto que a poluição do Paraíba do Sul passa a ocupar espaço relevante nos periódicos, assim como a questão das enchentes que, diante do novo projeto econômico do Vale do Paraíba, era tida como obstáculo para o progresso, portanto, deveria ser rapidamente domada pelas técnicas que a época dispunha.

Assim, é possível confirmar o lugar que o Paraíba do Sul passa a ocupar na imprensa paulista e fluminense nas décadas de 1950, 1960 e 1970, sobretudo nesta última que acentuou o discurso conciliatório entre conservação da bacia hidrográfica e o desenvolvimento econômico. Tais periódicos reproduziram um movimento maior presente no mundo, de forma mais sistematizada, a partir da década de 1970, mundialmente conhecido como desenvolvimento sustentável.

² Formado em biologia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), nasceu em 1933 no município de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul. Fez carreira escrevendo nos jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Commercio*, e nas revistas *Manchete* e *Seleções*. Faleceu em 2019.

Considerações Finais

A História Ambiental aponta para um sentido que traduz a interação entre o homem e o meio que ocupa, evidenciando não apenas os termos e características mais superficiais dessa conexão como também as contradições, negações e continuidades que marcaram os diferentes usos e apropriações realizados sobre os recursos naturais. Nesse sentido, esta área do saber interdisciplinar emerge como possibilidade de construir o futuro a partir do passado. No nosso caso, tendo o rio Paraíba do Sul como escopo de estudo sob diversas perspectivas, sugere selecionar um futuro possível para este rio como negação ao conteúdo da História Ambiental feito até então, ainda que se reconheçam experiências históricas e atuais que busquem a manutenção ambiental e social do Paraíba do Sul para gerações futuras.

Em uma sociedade na qual o tempo do dinheiro é o tempo do meio ambiente, evidenciou-se o alto grau de comprometimento da bacia hidrográfica como resultante de usos predatórios dos recursos naturais, que inevitavelmente se desdobraram no rio Paraíba do Sul.

A imprensa periódica é um robusto instrumento que permite conhecer não a realidade pura do rio Paraíba do Sul, uma vez que esta é intocável, mas sim como esse recurso hídrico foi representado em diferentes contextos sociais e econômicos da região e do país. Esta fonte se faz compreender, ainda que por meio de representações, notícias, citações, todas atravessadas por interesses, singularidades e parcialidades, os momentos do rio, e principalmente como cada um desses momentos foi marcado pelo modelo de apropriação dele pelas cidades que o cortam. Ao mesmo tempo, indicava uma abstração de uma conexão mais direta da sociedade com o seu leito, seja com propósitos ambientais, recreativos ou até mesmo de pertencimento.

É a partir das diferentes percepções constatadas entre os jornais analisados por esta pesquisa, que se pode empreender a construção de momentos históricos do rio Paraíba do Sul no decorrer de boa parte do século XX. O que se verificou nas primeiras décadas daquele século, foi um rio pouco glorificado, ou melhor, subutilizado em suas representações diárias nos jornais, que foi um caudal que deveria permanentemente ser vigiado para prevenir ou administrar qualquer situação de inundações. Trata-se do rio como problema, obstáculo, divisão.

Ao passo que a sociedade brasileira experimentava mudanças estruturais, que também se reproduziam na bacia do Paraíba do Sul, na virada da primeira para a segunda

metade do século XX, o rio que agora era imprescindível para o projeto urbano-industrial, torna-se recurso indispensável para a marcha do progresso. Além disso, entre os jornais, havia fortes discursos que buscavam evidenciar a indissociabilidade do futuro da região ao futuro do rio. Nesse sentido, observou-se, a partir da década de 1950, a emergência do discurso ambiental, que será mais intenso nas décadas subsequentes. A ideia de desenvolvimento contínuo da região reconhecia a necessidade de manutenção das condições do rio e os veículos de comunicação da época passaram a tratar de tal interesse.

Diante da nova racionalidade econômica da região, uma contradição se impõe: embora imprescindível, o rio Paraíba do Sul passa a ser divulgado entre os anos da década de 1970 como um corpo extremamente poluído, ou seja, a mesma lógica que o condenava, buscava sua redenção explorando e divulgando o alto nível de poluição.

Os jornais *Correio da Manhã* e *Correio Paulistano* realçaram, ao longo do século XX, formas particulares de apropriação do rio Paraíba do Sul por diferentes agentes, públicos e privados, assim como puderam salientar a relevância de suas águas para a manutenção e reprodução das relações socioeconômicas. Nesse contexto, também se reforçou o embate entre unidades federativas, no que concerne ao aproveitamento dos recursos hídricos da bacia. Desta forma, corrobora para a contínua e sempre inacabada construção da História Ambiental.

Sobre a relação rio-cidade, é fundamental fomentar o permanente diálogo, sob diversos formatos, entre uma dada população com seus recursos hídricos. Apontar historicamente como a sociedade olhou e se apropriou de seus recursos naturais, obedecendo às circunstâncias momentâneas, significa edificar a possibilidade de construção de um futuro marcado pelo aprofundamento da justiça ambiental, econômica e social.

FROM THE GLORIOUS PAST TO THE INTANGIBLE PRESENT: A HISTORICAL AND ENVIRONMENTAL ANALYSIS OF PARAÍBA DO SUL RIVER (SÃO PAULO – BRAZIL)

Abstract: The article mentions the river-city dynamics under the perspective of the environmental history and periodical press during the 20th. century. The hydrographic basin analysed is Paraíba do Sul river which encompasses part of São Paulo and Rio de Janeiro States. The methodology is centred mostly on bibliographical and documental search, considering the database of two collections: Brazilian National and Digital Library and Newspaper Library, Antônio Mello Junior, from Museums Division and Historical Archives of the city of Taubaté, State of São Paulo. The theoretical foundations of this work are articulated around two main axes. a) The Paraíba do Sul River as a category for analysing b) the interaction river-city in the environmental history and periodical press context. It aims at investigating and reflecting on the historical and environmental connections of Paraíba do Sul River with a set of practices in the utilization of hydrological basin. The conclusion is that for each period was conceived a singular interaction with Paraíba do Sul river. And even highlighted at certain times like a waterbody distant from social groups, it was essential for the urban-industrial Project of the region.

Keywords: Paraíba do Sul river. Periodical press. Environmental history.

DEL PASADO GLORIOSO AL PRESENTE INTANGIBLE: UN ANÁLISIS HISTÓRICO Y AMBIENTAL DEL RÍO PARAÍBA DO SUL (SÃO PAULO – BRASIL)

Resumen: El artículo menciona la dinámica río-ciudad bajo la perspectiva de la historia ambiental y de la prensa periódica durante el siglo XX. La cuenca hidrográfica analizada es el río Paraíba do Sul que abarca parte de los Estados de São Paulo y Río de Janeiro. La metodología se centra principalmente en la búsqueda bibliográfica y documental, considerando la base de datos de dos acervos: Biblioteca Nacional y Digital Brasileña y Hemeroteca, Antônio Mello Junior, de la División de Museos y Archivos Históricos de la ciudad de Taubaté, Estado de São Paulo. Los fundamentos teóricos de este trabajo se articulan en torno a dos ejes principales. a) El río Paraíba do Sul como categoría de análisis b) La interacción río-ciudad en el contexto de la historia ambiental y de la prensa periódica. Se pretende investigar y reflexionar sobre las conexiones históricas y ambientales del río Paraíba do Sul con un conjunto de prácticas en el aprovechamiento de la cuenca hidrológica. La conclusión es que para cada período se concibió una interacción singular con el río Paraíba do Sul e incluso destacado en ciertos periodos como un cuerpo de agua distante de los grupos sociales, fue esencial para el proyecto urbano-industrial de la región.

Palabras clave: Río Paraíba do Sul. Prensa periódica. Historia ambiental.

Referências

AMARAL, R. T. S. **A transformação da várzea do Vale do Paraíba Paulista em espaço econômico:** um olhar sobre a arquitetura vernacular. 2016. 79 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional, Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2016.

CARVALHO, R. L. P. Sorocaba e seu rio: meio ambiente e transformações urbanas. In: JORGE, Janes (org.). **Cidades Paulistas: estudos de história ambiental urbana.** São Paulo: Alameda, 2015, p. 267-285.

COELHO, V. **Paraíba do Sul:** um rio estratégico. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.

CORREIO DA MANHÃ. **Estado e tendência do nível das águas dos rios.** Edição 10329, 8 de setembro de 1928.

CORREIO DA MANHÃ. **Boletim do tempo.** Edição 10325, 4 de setembro de 1928.

CORREIO DA MANHÃ. **Resenha do dia.** Edição 16069, 25 de março de 1947.

CORREIO DA MANHÃ. **Inundações no interior.** Edição 16062, 16 de março de 1947.

CORREIO DA MANHÃ. **Ameaçada a economia fluminense com o desvio do rio Paraíba.** Edição 18995, 1 de março de 1955.

CORREIO DA MANHÃ. **Caraguatatuba não será construída.** Edição 19770, 6 de setembro de 1957.

CORREIO DA MANHÃ. **Sem chuva rio ficará no escuro.** Edição 21619, 25 de setembro de 1963.

CORREIO DA MANHÃ. **Vida católica.** Edição 18240, 7 de setembro de 1952.

CORREIO DA MANHÃ. **É processo irreversível a industrialização do VP.** Edição 21073, 6 de dezembro de 1961

CORREIO PAULISTANO. **Serviço meteorológico da República.** Edição 22867, 20 de março de 1927.

CORREIO PAULISTANO. **Excursão turística a Campos do Jordão.** Edição 25908, 21 de agosto de 1940.

CORREIO PAULISTANO. **Excursão turística a Campos do Jordão.** Edição 25910, 23 de agosto de 1940.

CORREIO PAULISTANO. **Problema de energia elétrica.** Edição 29897, 25 de agosto de 1953.

CORREIO PAULISTANO. **Janela Indireta.** Edição 32494, 4 de março de 1962.

CORREIO PAULISTANO. **Janela Indireta.** Edição 32493, 3 de março de 1962.

DEVIDE, A. C. P. et al. História ambiental do Vale do Paraíba Paulista, Brasil. **Revista Biociências**, Taubaté, v. 20, n. 1, p. 12-29, 2014.

DRUMMOND, J. A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos históricos**, v. 4, n. 8, p.177-197, 1991.

FERREIRA, M. S. A terceira “transposição” de águas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul: um conflito federativo em meio à escassez hídrica. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 7-34, 2015.

JORGE, J. **Tietê, o rio que a cidade perdeu: o Tietê em São Paulo 1890-1940.** São Paulo: Alameda, 2006.

PÁDUA, J.A. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados (Dossiê Teorias Socioambientais)**. São Paulo: Instituto de Estudos avançados, v.24, n.68, 2010.

POTT, C. M.; ESTRELA, C. C. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 31, n. 89, p. 271-283, abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890021>

RIBEIRO, F. P. O paradigma ambiental na globalização neoliberal: da condição crítica ao protagonismo de mercado. **In Soc. & Nat.**, Uberlândia, ano 24, n.2, mai./ago. 2012, p.211-225.

SANTOS, F. A. As inundações na região central da cidade de São Paulo: dinâmicas e significações (1850-1922). In: JORGE, Janes (org.). *Cidades Paulistas: estudos de história ambiental urbana*. São Paulo: Alameda, 2015, p. 39-71.

SANTOS, F. A. Inundações na cidade de São Paulo: uma construção social. In: **Histórica/Revista Online do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, v. 10, n. 62, p. 15-22, 2014.

SOUZA, M. A. A. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. As metáforas do capitalismo. **Revista Cronos**, v. 10, n. 2, 17 jan. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3289>. Acesso em: 27 mar. 2022.

VENTURI, L. A. B. **Recursos naturais do Brasil**. – 1. Ed. – Curitiba: Appris, 2021.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental, **Estudos Históricos**, 4-8, pp. 198-215, 1991. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2324>. Acesso em 18 mar. 2022.

SOBRE OS AUTORES

Mauro Castilho Gonçalves é doutor em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); docente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), professor Titular do Instituto Básico de Humanidades da Universidade de Taubaté e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais.

Diego Rodrigo de Oliveira é mestre em Ciências Ambientais pela Universidade de Taubaté (UNITAU); docente no Colégio Tableau (Taubaté) e no Colégio Saloni (São José dos Campos).

Recebido em 30/03/2023

Aceito em 22/05/2023